

Soluções históricas para problemas contemporâneos

Lições para o controle civil das Forças Armadas da Venezuela

DANIEL LEVINSON HARRIS

Por serem comuns, vale a pena assistirmos a alguns eventos - a sucessão democrática na Venezuela, por exemplo, escreveu um colaborador do New York Times em dezembro de 1983 em um documento intitulado “Democracy, as usual, in Caracas” (“Democracia como de hábito em Caracas”)¹. Jaime Lusinchi acabava de ser anunciado como o vencedor da eleição presidencial venezuelana, o sexto líder eleito desde que o país iniciou sua experiência democrática em 1958 e “se revoltou contra os governos de bandidos (e) tiranos”.² A Venezuela era então considerada uma das democracias mais ricas e estáveis da América Latina. Claro que os tempos mudaram. Hoje, os venezuelanos sofrem um colapso econômico nacional que deixou milhões na pobreza e fez com que milhões fugissem do país no que está se tornando a “crise de migração que mais cresce na América Latina”.³ O declínio econômico da Venezuela deve sua origem à erosão, no início do século 21, de suas normas democráticas e ao surgimento de líderes populistas autoritários, cuja gestão sistemática de recursos nacionais vitais e políticas socialistas equivocadas levaram o país à falência. Quem permitiu uma mudança antidemocrática na Venezuela? As Forças Armadas. Essas, que antes eram respeitadas pelo público e que tinham um papel claramente delimitado na sociedade venezuelana, invadiram a vida civil desde então de uma forma que transgride as fronteiras civil-militares, protegendo assim o mandato do atual regime.

Desde as lutas bolivarianas pela independência no início do século 19, as Forças Armadas têm desempenhado um papel proeminente no governo do estado venezuelano e na percepção pública. Os oficiais militares, exaltados como os libertadores da opressão espanhola, mantiveram um mandato nacional para governar sob as bandeiras de vários partidos liberais e conservadores. Por volta de 1899, a Revolução Liberal Restauradora de José Cipriano Castro proclamou o advento de uma nova ordem de chefes militares autoritários, ou caudilhos, cujas ditaduras extinguíram as brasas restantes da participação civil democrática.⁴ Sob a liderança de Juan Vicente Gómez (1908-1935), Eleazar López Contreras (1935-1941), Isaías Medina Angarita (1941-1945) e Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), as Forças Armadas se profissionalizaram e se modernizaram⁵. O público, com ex-

ção de sua aversão aos serviços de segurança constituídos por líderes militares para suprimir a dissidência interna, entre os mais infames incluem-se La Sagrada de Gómez e a Segurança Nacional de Pérez Jiménez, apoiou amplamente as Forças Armadas e as considerou como uma força nacional estabilizadora.⁶ Sob a *Junta Militar de Gobierno* (1958) e a administração “Ponto Fixo” do primeiro presidente democraticamente eleito da Venezuela, Rómulo Betancourt (1959-1964), uma série de reformas legais foram promulgadas com o objetivo de assegurar a preservação dos princípios democráticos venezuelanos e controle civil sobre as Forças Armadas. Até 1998, sucessivas administrações tentaram fortalecer e expandir essas reformas.

A Venezuela, ao se aproximar dos seus 200 anos de independência, encontra-se sob outra ditadura militar, que governa sob um verniz de responsabilidade democrática e com maior alcance na administração civil do que nunca. Sob as administrações de Hugo Chávez Frías e Nicolás Maduro Moros, a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) foi transformada de uma força de defesa nacional em uma força de desenvolvimento nacional e liderança estatal e corporativa. A partir do início do Plano Bolívar 2000, a FANB tem dedicado recursos e pessoal para a construção de uma infra-estrutura estatal, distribuição de alimentos e implementação de assistência médica, entre outras missões⁷ de bem-estar social. Os atuais e ex-funcionários da FANB ocupam funções políticas proeminentes no gabinete e ministérios e estão representados em sua maioria no nível local de governo, servindo 11 dos 23 governos estaduais.⁸ *Os oficiais militares estão enormemente integrados à alta administração das empresas estatais venezuelanas, incluindo as mais lucrativas: a empresa petrolífera nacional Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA).*⁹ A onipresença da FANB no setor público venezuelano tem facilitado o mau uso de fundos estatais e a participação no tráfico ilícito de drogas por meio da rede criminosa do Cartel Los Soles.¹⁰ Em outras palavras, o governo do presidente Maduro, envolvido em acusações de ilegitimidade após fraude eleitoral e resultados eleitorais duvidosos, sobrevive com o apoio de altos funcionários.

Desde 2017, a comunidade internacional tem liderado esforços para derrubar Maduro por meio de programas de sanções abrangentes executados multilateralmente, reconhecimento diplomático de um governo paralelo liderado por Juan Guaidó e medidas jurídicas agressivas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos EUA divulgou uma estrutura detalhada para a paz, planejada para coincidir com os exercícios navais dos EUA no Caribe.¹¹ No entanto, apesar da pressão internacional, o regime de Maduro continua no poder.

O retorno à normalidade democrática e a redução do papel das Forças Armadas no governo exigirão a nova aplicação de velhas táticas adaptadas aos tempos mod-

ernos. Harold Trinkunas, membro associado do Instituto Brookings, em *Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela (2005)* descreve a variável dinâmica cívico-militar na Venezuela após o regime de Pérez Jiménez. Os líderes civis, raciocinou Trinkunas, consolidaram a democracia recém-nascida e protegeram-na contra a invasão militar, afastando figuras militares superiores, alternando reformas de dividir e conquistar e apaziguamento, e a identificação civil de uma missão militar.¹² Apesar da lenta erosão dessas salvaguardas civis, exacerbada sob os Presidentes Chávez e Maduro, alguns de seus aspectos ainda são tão relevantes hoje quanto eram em 1958. Uma adaptação ao século 21 desses métodos históricos para modelar o controle civil sobre as Forças Armadas poderia ter sucesso onde as lutas internas e a pressão externa falharam até agora para devolver a Venezuela a um estado democrático liderado por civis. De fato, a formação e o posterior colapso de mecanismos efetivos de controle civil sobre as Forças Armadas da Venezuela de 1958 até o presente, visto pelas lentes do quadro Trinkunas para a consolidação democrática, constitui um precedente histórico para a implementação de políticas semelhantes nessas circunstâncias contemporâneas análogas. Este artigo, usando análises históricas de Trinkunas de cerca de 1958 como sinais modernos, examina a formação e erosão de métodos-chave de controle civil das Forças Armadas e oferece reformas potenciais com a intenção de reintroduzi-las.

Controle civil/militar: seção de participantes militares

Treinamento de dinâmica de controle

Após a derrubada de Pérez Jiménez em 23 de janeiro de 1958 por elementos da oposição política (Junta Patriótica) e das Forças Armadas, formou-se uma frágil Junta Militar de Governo Provisório que imediatamente enfrentou desafios de figuras populares militares. A Junta governante, embora fosse composta por chefes dos serviços militares sob a liderança do Almirante Wolfgang Lazarrábal, foi formada como um órgão de administração temporária do poder executivo até que as eleições democráticas nacionais marcadas um ano depois pudessem ser realizadas. No entanto, os serviços logo se fragmentaram e alguns setores rejeitaram a reforma.¹³ O Almirante Lazarrábal e sua comitiva de oficiais da Marinha tentaram evitar uma reação de oficiais empenhados em reintroduzir a liderança militar permanente e subverter uma transição democrática. Os desafidores mais poderosos de Lazarrábal representavam campos ideológicos opostos no Exército e na Força Aérea, opostos a Lazarrábal e entre si.¹⁴ O subchefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-Coronel Hugo Trejo, comandou a ala populista progressista do corpo de oficiais e adotou visões de uma renovação nacionalista e suspeitas da política civil.

O Ministro da Defesa, Coronel da Aeronáutica Jesús María Castro León, líder da facção autoritária tecnocrática, representou um elemento mais conservador dentro das Forças Armadas simpatizante da política do regime de Pérez Jiménez.¹⁵ Cada líder ostentava um bom número de seguidores e era uma ameaça considerável à agenda democrática do Almirante Lazarrábal.

O Tenente-Coronel Trejo e o General Castro León colocaram em risco a agenda democrática de Lazarrábal, mas acabaram falhando em sua tentativa de miná-la devido a aplicações habilidosas de pressão diplomática e militar pela Junta no poder. Ao contrário de Castro León, Trejo, apesar da popularidade, não conseguiu consolidar o comando de suas forças e colocar seus seguidores em posições de destaque, ficando exposto ao isolamento de seus adversários.¹⁶ Ao aceitar a promoção a Vice-Chefe do Estado-Maior Geral, Trejo permitiu-se ser afastado do comando direto de suas tropas. No momento em que aceitou o cargo de embaixador na Costa Rica, em abril, Trejo deixou de ser um sério desafio para o governo Lazarrábal. Castro León, um feroz oponente da ascensão dos partidos políticos e de uma administração que considerava impotente e ilegítima, mostrou-se mais pragmático e perigoso para a Junta do que Trejo. Em julho, Castro León deu a Lazarrábal um ultimato exigindo reformas administrativas.¹⁷ Larrazábal, não querendo abrir um precedente perigoso de subordinação executiva a um militar, consolidou a resistência a Castro León dentro das Forças Armadas a partir de sua residência à beira-mar. Quando Castro León finalmente se rebelou, guarnições militares em Caracas e Maracay, unidades críticas para uma tomada do governo recusaram-se a participar, ameaçadas por Lazarrábal de permanecerem leais. A renúncia e o subsequente exílio de Castro León marcariam a última tentativa de golpe por um oficial militar de alto escalão na Venezuela em trinta anos.¹⁸

Circunstâncias contemporâneas

Mais de 60 anos depois, altas figuras militares com influência semelhante disputam o poder e representam os riscos de um regime militar na sequência de um regime pós-Maduro, nomeadamente o Ministro da Defesa General Vladimir Padrino López e o Comandante do Comando de Operações Almirante Estratégico (CEOFANB) Remigio Ceballos Ichaso. Ambos os oficiais devem seus cargos a relações pessoais com o Presidente Chávez e cada um deles enfrenta acusações de tráfico de drogas e peculato. Ambos os oficiais devem seus cargos a relações pessoais com o Presidente Chávez e cada um deles enfrenta acusações de tráfico de drogas e apropriação indébita.

General Vladimir Padrino López, Ministro da Defesa



O General Padrino se levantou após seu apoio público a Chávez durante o golpe de 2002 e a greve geral de 2002/2003. O endosso do comandante do 311º Batalhão de Infantaria, uma das unidades mais prestigiosas do Exército, provou ser um muro de contenção crítico para Chávez durante a ameaça máxima à sua administração, e Padrino foi correspondentemente recompensado com promoções lucrativas.¹⁹ Após a morte de Chávez, Maduro o nomeou Ministro da Defesa. A posição privilegiada de Padrino permitiu-lhe se apropriar de serviços de segurança secreta para facilitar os embarques de cocaína entre a Venezuela e outros países.²⁰ Um estudo investigativo do Projeto de Relatórios de Crime Organizado e Corrupção (OCCRP), uma plataforma líder de jornalismo investigativo, descobriu uma rede de empresas baseadas nos EUA e propriedades de alto valor registradas em nome de parentes de Padrino, provavelmente usadas para lavar os ingressos ilícitos do Ministro da Defesa.²¹

Almirante Remigio Ceballos Ichaso, Comandante, Comando Operacional Estratégico (CEOFANB)



O Almirante Ceballos também deve sua posição como chefe do poderoso CEOFANB, coordenador entre serviços e implantações da FANB, ao seu relacionamento com Chávez, a quem serviu como ajudante de campo.²² Ceballos já foi investigado duas vezes pelo inspetor-geral da Marinha por “irregularidades administrativas”, que consistiam em desvio de verbas estatais. As acusações são apoiadas por depoimentos de mais de vinte oficiais da Marinha.²³ Desde 2016, Ceballos também serviu como chefe de segurança da Grande Missão de Abastecimento Soberano do Presidente Maduro, uma organização militar encarregada de supervisionar a distribuição nacional de alimentos sob o programa subsidiado pelo estado chamado *Los Comités Locales de Abastecimiento y Producción (CLAP)*.²⁴ Os EUA emitiram sanções contra os CLAPs por supervalorizar contratos e desviar receitas e acusaram o regime de Maduro de usar o programa CLAP como arma política para comprar votos.²⁵

Caminho futuro

As acusações de crimes contra Padrino e Ceballos ameaçam minar seu apoio dentro das Forças Armadas. Embora as sanções e acusações criminais dos EUA sejam frequentemente vistas pelo governo Maduro como parte de uma campanha de propaganda dos EUA para mudar o regime, as alegações de corrupção exacerbam as divisões militares internas entre oficiais juniores e superiores. Atualmente, há ressentimento entre oficiais juniores idealistas com estudos universitários cujos rendimentos e benefícios do Estado despencaram durante o colapso econômico da Venezuela, e oficiais superiores que devem suas posições à lealdade partidária e conexões de décadas com Chávez e aqueles que acumularam riqueza por meio de negócios corruptos.²⁶ Ao garantir a lealdade dos oficiais superiores por meio de “promoções, aumentos salariais e expurgos ocasionais”, Maduro aprofundou a divisão entre classe e posto dentro da FANB e inflou o alto comando militar, que agora compreende mais de 2.000 generais / almirantes e dez vezes o número de oficiais graduados da Marinha quando Chávez chegou ao poder em 1998.²⁷

A FANB em geral, e Padrino e Ceballos em particular, podiam esperar um apoio morno do público em geral no caso de uma transição do poder para um líder militar. À medida que a FANB se politizou cada vez mais desde 1999, os dados demográficos de apoio às Forças Armadas passaram a se alinhar com o eleitorado de esquerda do Chavismo, de inclinação populista, predominantemente ocupado por classes socioeconômicas mais baixas.²⁸ Dada a correlação entre filiações partidárias e apoio militar, a deterioração da confiança nacional no governo de Maduro teve consequências igualmente prejudiciais para a legitimidade nacional das Forças Armadas. Enquanto 71% dos entrevistados venezuelanos que se identificaram com o partido político de Maduro em uma pesquisa do Pew de 2018 indicaram apoio à sua administração, apenas 20% dos entrevistados pensaram o mesmo, um resultado que indica que a proporção de apoiadores do governo / Forças Armadas está diminuindo.²⁹ De acordo com a pesquisa do Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP), 53% dos entrevistados venezuelanos têm muito pouca confiança na FANB, principalmente devido a alegações de corrupção. Essa mesma pesquisa indicou que quase 98% da população considerava a corrupção pública um problema nacional.³⁰ A baixa confiança do público nas Forças Armadas como uma instituição, combinada com fortes sentimentos anticorrupção, impõe barreiras consideráveis para figuras como Padrino e Ceballos, que podem esperar liderar um novo governo.

Controle civil/militar: divisão e apaziguamento dos militares

Treinamento de dinâmica de controle

Os mecanismos institucionais de controle civil sobre as Forças Armadas são baseados em estratégias de dividir para conquistar adotados pela primeira vez pela Junta Militar do Governo e destinados a fragmentar as Forças Armadas por meio de um sistema de “divisões transversais dentro do corpo de oficiais”.³¹ O Decreto 288 (27 de junho de 1958) marcou a primeira de uma série de medidas executivas tomadas pela Junta para limitar o poder e a influência dos oficiais militares de mais alta patente do país: o Ministério da Defesa e o presidente do Estado-Maior Geral. De acordo com o Decreto 288, o Ministro da Defesa perdeu autoridade administrativa sobre as Forças Armadas ao devolver o poder a cada oficial de comando de serviço.³² *Assim, chefes de serviço apolíticos tornaram-se a barreira entre as ordens dadas pelo Ministro da Defesa e os oficiais de nível inferior a que se destinavam, criando barreiras institucionais entre o político designado / oficial militar de alto escalão e as forças potenciais que eles podem tentar comandar. Ao mesmo tempo, a estrutura de comando militar do estado-maior geral centralizado foi substituída por chefes de estado-maior conjunto.*³³ O modelo de estado-maior prussiano, em vigor até então, havia promovido um oficial militar superior ao posto de comandante de todas as Forças Armadas. Com supervisão direta das tropas em campo, o Presidente exerceu um nível de poder que representou um grande desafio à liderança civil.³⁴ Em contraste, a estrutura do estado-maior conjunto tornou o Presidente e os chefes de serviço os mais experientes conselheiros presidenciais em assuntos militares, mas os removeu da cadeia de comando militar direta.³⁵ Dentro dos chefes conjuntos venezuelanos, os generais e coronéis designados “não tinham a capacidade de controlar o tipo de Forças Armadas que a Venezuela deveria ter para cumprir seus planos, como essas forças deveriam estar baseadas ou para que tipo de operações de guerra deveriam treinar”.³⁶

Para limpar as fileiras militares de oficiais superiores de mentalidade conservadora e limitar as ambições pessoais e a coletivização dos escalões inferiores, a Junta estabeleceu limites de serviço e reformulou o sistema de educação militar. O Decreto 533 (17 de janeiro de 1958) estabeleceu retroativamente um limite de serviço de 30 anos para todos os oficiais militares, permitindo assim ao governo retirar os leais a Pérez Jiménez (sem a necessidade de dispensa forçada) e, o que é tão importante, devido às exigências de tempo em uma graduação, formar um sistema de rotações rápidas por funções de comando, evitando assim que os oficiais cultivem quadros leais.³⁷ A Junta também fechou a Escuela Básica, uma academia militar estabelecida por Pérez Jiménez para criar relações transversais entre oficiais subalternos (o mesmo tipo de academia onde o Tenente-Coronel Hugo Chávez for-

maria as fileiras de seu movimento revolucionário). Como os oficiais rebeldes “não podem depender da hierarquia militar tradicional para garantir a obediência de seus co-conspiradores”, eles geralmente se baseiam na confiança, nos interesses comuns e nas relações pessoais formadas com outros oficiais dentro dessas academias.³⁸ Sem essas primeiras conexões entre as Forças, os oficiais subalternos que tentaram fomentar a dissidência por toda a Força foram forçados a contar com canais de comunicação militar formal, canais suscetíveis à interceptação e perturbação por civis.

As reformas do dividir para conquistar do mandato da Junta foram legalmente codificadas pela constituição de 1961 e expandidas durante a administração de Betancourt. O artigo 132 definiu as Forças Armadas como uma “instituição apolítica, obediente e não deliberativa” encarregada de manter a defesa nacional, proteger as instituições democráticas e cumprir a constituição.³⁹ A proteção da incipiente democracia da Venezuela foi consagrada como a principal obrigação dos serviços e permanece hoje um pilar da identidade e dos valores da FANB.⁴⁰ O artigo 190 garantiu ao Presidente o direito de atuar como Comandante-em-chefe das Forças Armadas sem a autorização do conselho de ministros, permitindo ao Presidente dar ordens aos comandantes e reduzir ainda mais o papel do Ministro da Defesa.⁴¹ O Ministro da Defesa, embora ainda seja uma voz chave nos assuntos militares dentro do gabinete, havia perdido autoridade legal direta sobre as Forças Armadas. A constituição também deu ao Congresso a autoridade para aprovar as promoções de oficiais militares aos postos de coronel e capitão. Além disso, os orçamentos apropriados pelo Congresso criaram incentivos para a competição entre os serviços por fundos limitados.⁴² Os novos poderes do Congresso, ao mesmo tempo que criam incentivos para que os militares respeitem as políticas civis, provariam ser uma faca de dois gumes: efetivamente formar uma classe politizada de oficiais superiores que buscavam obter favores entre os políticos para promover seus interesses de serviço ou suas próprias ambições pessoais.

Betancourt tirou vantagem do ressentimento militar de suas novas funções sociais mais restritas, usando as onze tentativas subsequentes de golpe sob sua administração para eliminar a deslealdade e desencorajar novas ações. Pela primeira vez na história da Venezuela penas de prisão de 16 a 30 anos foram impostas aos oficiais rebeldes e centenas de soldados foram detidos (posteriormente perdoados).⁴³ Longas penas de prisão provaram ser um poderoso dissuasor para oficiais e soldados sem força ideológica em relação ao novo governo. A resposta do governo aos próprios golpes tornou-se mais violenta à medida que os elementos pró-governo das Forças Armadas demonstraram maior disposição para atirar nos insurgentes. O derramamento de sangue atingiu seu auge durante a insurreição de Puerto Cabello em junho de 1962, quando um contratorpedeiro da Marinha disparou

contra a multidão matando 72 pessoas e ferindo de 300 a 400.⁴⁴ Além disso, após esses golpes, Betancourt promoveu avidamente sua imagem como Comandante-em-chefe, comparecendo a cerimônias militares e formaturas e mantendo diálogos entre oficiais em sua casa militar.⁴⁵ À medida que os custos da rebelião fracassada se tornavam mais pronunciados, os oficiais que careciam de uma base ideológica forte para a revolta foram encorajados a trabalhar dentro do sistema liderado pelo setor civil.

Junto com as táticas civis de dividir e conquistar, as exhibições de apaziguamento civil dos militares também foram igualmente significativas. A seletiva anistia e reintegração dos militares que apoiavam Pérez Jiménez, também chamados de reincorporados, satisfaziam os participantes mais experientes do regime anterior, isto é, aqueles que mais tinham a ganhar com o retorno aos antigos e privilegiados estilos de vida.⁴⁶ O amplo perdão executivo de Betancourt (embora não total: muitos leais a Pérez Jiménez foram processados) ajudou a neutralizar uma situação potencialmente volátil, patrocinou promoções meritocráticas nas fileiras (independentemente da afiliação política) e encorajou a nação a deixar seus anos ditatoriais e avançar na via democrática e unificada. Além da anistia, o governo Betancourt expandiu o Instituto de Previdência Social das Forças Armadas, o organismo estatal responsável por fornecer benefícios previdenciários, hipotecas a juros baixos e outros benefícios sociais para o corpo de oficiais. Os benefícios de aposentadoria também aumentaram no âmbito do programa Oficiais em Aposentadoria e Disponibilidade (OFIDIRE).⁴⁷ Oficiais de nível intermediário a alto entraram na classe alta venezuelana e, em 1964, estavam recebendo mais do que quase qualquer outro corpo de oficiais no hemisfério ocidental (com a única exceção dos Estados Unidos).

Erosão da dinâmica de controle

Um dos primeiros sinais da erosão dessas reformas democráticas foi a evolução gradual do sistema de educação militar para enfatizar o idealismo político e o treinamento conjunto, moldando gerações de oficiais subalternos com grandes ambições e desconfiança em sua liderança. No início da década de 1970, o Exército adotou um novo método educacional para cadetes matriculados em academias militares: o Plano Andrés Bello. Esse currículo revisado buscou transformar academias militares em instituições de nível universitário, combinando cursos militares convencionais com treinamento de liderança e um forte sentimento nacionalista.⁴⁸ Ao glorificar as façanhas de Simón Bolívar, exagerar a consciência de classe de suas políticas e focar o papel “adequado” das Forças Armadas na sociedade civil e no desenvolvimento nacional, a Academia Militar produziu graduados com orientação ideológica e forte senso de liderança.⁴⁹ No Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (IAEDN) foi reintroduzido o treinamento inter-serviço de

militares, o tipo de treinamento que a Junta de Governo Militar eliminou. A nova classe de oficiais (incluindo Chávez) aumentou seu ressentimento tanto contra o alto comando militar, que eles consideravam corrupto, quanto contra a liderança civil do governo Carlos Andrés Pérez, cuja má gestão dos recursos petrolíferos do país e as políticas de liberalização econômica colocam as massas em desvantagem em favor da elite politicamente relacionada.⁵⁰ Devido à sua formação educacional comum e conectividade entre serviços, um grupo de oficiais subalternos liderado pelo então Tenente-Coronel Hugo Chávez, o Movimiento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR 200) se fundiu e rapidamente se expandiu para representar quase 10% do corpo de oficiais do exército em 1991.⁵¹ O MBR 200 lideraria duas tentativas de golpe de estado, em fevereiro e novembro de 1992. A campanha de Chávez à presidência em 1998 foi definida por um retorno aos ideais bolivarianos, o chamado “socialismo do século 21”, que encorajou sua agenda presidencial e de seus sucessores.

Na véspera da ascensão de Chávez ao poder, a Constituição de 1999 restaurou muitas das reformas da geração anterior e cimentou um novo papel para as Forças Armadas na Venezuela. Essa emenda à constituição anterior refletia a visão revolucionária do Presidente Chávez de uma maior presença militar na sociedade civil. O mandato das Forças Armadas mudou da defesa nacional para a manutenção da segurança interna e promoção do desenvolvimento cívico.⁵² Os oficiais militares receberam o direito de votar e exercer funções de supervisão administrativa. O Congresso perdeu o direito de aprovar promoções militares superiores, um direito que foi transferido para o Presidente e expandido para incluir todas as patentes. Criticamente, a estrutura de comando militar unificado foi reintegrada, atribuindo a um presidente o controle direto de todas as Forças Armadas, desmanteladas pela Junta de acordo com o Decreto 288.⁵³ As reformas de 1999 aumentaram o nível de politização das Forças Armadas enquanto desmontavam alguns dos principais mecanismos de controle civil impostos durante os anos da Junta / Betancourt. A mudança legal abriu caminho para uma expansão significativa da presença militar em funções tradicionalmente civis no governo e nas empresas, onde agora figuram com destaque.

Caminho futuro

As estratégias civis modernas de dividir para governar das Forças Armadas residem na reimposição de “divisões transversais”, seja pela dissolução ou pela adaptação do currículo das academias militares. Embora os padrões estritos de educação militar promovam o tipo de profissionalismo exigido pelas Forças Armadas modernas, um alto grau de autonomia militar e a falta de supervisão civil efetiva permitem que as universidades sirvam como focos de dissidência militar. Em “O

Soldado e o Estado”, o cientista político Samuel Huntington argumenta que um método de subversão civil das Forças Armadas consiste em aumentar o profissionalismo e a autonomia militares, o que Huntington chama de “controle de alvos”.⁵⁴ Ao “militarizar os militares”, o método de Huntington cria incentivos para que os oficiais permaneçam na base e não participem da política. O controle de alvos incentiva a autonomia militar da interferência civil em assuntos internos, mas requer supervisão executiva e legislativa em questões militares que se sobrepõem ao domínio político (como o orçamento anual de defesa e gastos militares).⁵⁵ Reformas educacionais como o Plano Andrés Bello representam apenas uma das facetas de uma iniciativa maior de modernização militar no âmbito do Programa de Governo Mínimo, por meio da qual foram apropriados equipamentos avançados, os salários dos oficiais aumentaram de forma meritocrática.⁵⁶ No entanto, onde o profissionalismo militar melhorou, a supervisão civil enfraqueceu. O Congresso, devido à falta de experiência em defesa institucional nos comitês militares, faz determinações orçamentárias sobre os representantes do conselho de serviço. Sem supervisão efetiva, os auditórios das universidades militares continuarão a promover habilidades de liderança, unidade de serviço e idealismo político. Essa combinação potente produz estudantes de graduação que invariavelmente criticam o governo civil e possuem os meios para organizar e tomar o poder em um esforço para promover sua imagem de democracia.

Estratégias civis modernas de apaziguamento das Forças Armadas também são possíveis por meio da promoção da anistia para oficiais de alto e médio escalão em muitas das Forças Armadas, um método que serviria para separar o presidente Maduro de sua base de apoio militar. Oficiais de todas as categorias compartilham preocupações coletivas sobre a mudança de regime, incluindo a perda potencial de seu status privilegiado na sociedade (benefícios, salários, etc.) e o espectro de acusações criminais por seus atos de violência perpetrados amplamente divulgados. Essas restrições pesam sobre os funcionários de mais alto escalão, muitos dos quais enfrentam sanções internacionais e acusações dos Estados Unidos por abusos aos direitos humanos, tráfico de drogas e corrupção. Por esse motivo, Trump e Guaidó propuseram medidas para amenizar essas preocupações. Os Estados Unidos deram o passo incomum de “retirar da lista” atores militares aprovados que desertaram para o regime de Guaidó, cujo membro mais proeminente é o ex-chefe do Serviço Nacional de Inteligência Bolivariano (SEBIN), General Manuel Ricardo Christopher Figuera, e garantiram um lugar para o alto comando militar no governo de transição proposto.⁵⁷ Guaidó também ofereceu anistia a militares desertores de baixo escalão e (controversamente entre a oposição) ofertas limitadas de anistia a oficiais superiores.⁵⁸ Semelhante à forma como as forças apoiaram o regime de Marcos Pérez Jiménez, a maioria das Forças Armadas de Maduro

poderia esperar clemência semelhante do público e da administração sucessora, enquanto as fileiras dos serviços de segurança associados à repressão do estado, especialmente a SEBIN e a Direção-Geral de Contra-espionagem Militar (DGCIM), teriam menos segurança após o regime.

Controle civil/militar: identificação de uma missão militar

Treinamento de dinâmica de controle

Ao longo das sucessivas administrações presidenciais de Betancourt, Raúl Leoni e Rafael Caldera (1959-1974), os governos civis redirecionaram a missão das Forças Armadas da política nacional para a gestão das ameaças internas à segurança nacional, fortalecendo a dinâmica do controle civil nascente sobre os militares. Em 1960, grupos insurgentes de esquerda, inspirados nas políticas revolucionárias do governo comunista cubano, aderiram ao Partido Comunista da Venezuela (PCV) e ao Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), causando distúrbios e empregando táticas de guerrilha urbana em Caracas para tentar derrubar a administração civil oligárquica.⁵⁹ Células terroristas isoladas, como as Unidades de Combate Tático (UTC), realizaram sequestros de aeronaves de alto perfil e bombardeios de instalações militares. As Forças Armadas, que não estavam preparadas para lançar operações de contra-insurgência (CI) e que estavam preocupadas com a questão da segurança política nacional (notadamente, a organização das eleições nacionais de 1963, Operação República II), foram lentamente retreinadas e redistribuídas para empreender sua nova missão.⁶⁰ O presidente Betancourt e o Congresso aprovaram medidas de financiamento e patrocinaram o treinamento de CI de oficiais nas academias militares dos EUA. À medida que a insurgência se espalhava dos centros urbanos para as áreas rurais, Betancourt construiu bases operacionais de última geração e descentralizou a estrutura de comando militar em comandos locais unificados, capazes de liderar operações armadas combinadas e eficazes.⁶¹ Durante o curso das administrações Leoni e Caldera, as capacidades militares de CI foram vigorosamente promovidas e expandidas. A reorientação da missão militar fortaleceu a dinâmica do controle cívico-militar, retirando grande parte das Forças Armadas das áreas urbanas onde poderiam ser usadas para organizar um golpe, promovendo o profissionalismo nas fileiras e proporcionando uma prerrogativa estratégica da CI para Forças Armadas previamente integradas em assuntos políticos nacionais internos.⁶² No entanto, apesar de um papel militar expandido na condução da campanha de CI do governo, a liderança civil definiu a missão, o escopo e o fim das hostilidades.

Erosão da dinâmica de controle

Desde então, a missão de defesa das Forças Armadas contra ameaças internas (ou externas) foi erodida, tornando-se uma competição militar pelo poder com grupos paramilitares e perda de prestígio e capacidade entre as Forças. Impulsionado por temores de uma tentativa de golpe contra seu governo, o presidente Chávez encorajou a formação de grupos paramilitares armados pró-governo, salvaguardas de seu regime. Os 1,6 milhão de membros da ‘Milícia Bolivariana’ da Venezuela facilitam protestos contra a oposição, operações de inteligência do governo e repressão civil.⁶³ A Milícia Bolivariana opera em conjunto não apenas com os serviços de segurança do governo, mas também com os Colectivos, conselhos comunais militantes localmente habilitados, que muitas vezes servem “como autoridades de fato em muitos bairros.”⁶⁴ A “união cívico-militar” de Chávez turvou os limites do uso legítimo da violência estatal e, por sua vez, prejudicou o propósito militar na sociedade venezuelana. Com membros da Milícia Bolivariana e dos Colectivos desempenhando papéis cada vez mais importantes na supressão da agitação urbana, os combatentes das FARC / ELN controlam a fronteira porosa entre a Colômbia e a Venezuela e expandem suas operações para mineração de ouro em áreas rurais da Venezuela e violentas máfias carcerárias (Pranes) operando impunemente em seus territórios. O papel das Forças Armadas na gestão de questões de segurança interna tornou-se cada vez mais nebuloso.⁶⁵ Mesmo no campo das operações de segurança externa, tradicional alcance das Forças Armadas de qualquer Estado, os serviços sofreram de vergonhosa impotência. Em março passado, um navio de patrulha costeira da marinha venezuelana foi afundado após uma tentativa de abalroar um navio de cruzeiro civil em águas internacionais, ação que revelou não apenas um fraco desempenho militar, mas também uma falta de julgamento tático.⁶⁶ Sem uma missão militar clara ou padrões profissionais bem mantidos em todo o estado, as Forças Armadas passaram de uma força concentrada e capaz a uma gangue bem armada de leais a Maduro com laços criminosos cada vez menos distintos das organizações paramilitares que competem com eles e os cercam.

Caminho futuro

Um foco renovado no profissionalismo militar e uma missão bem definida impulsionada por ameaças internas serão fundamentais para desvincular os militares das funções administrativas civis. Historicamente, as Forças Armadas da Venezuela abominam as diretivas executivas que as convocam a suprimir o descontentamento civil. Chávez e Maduro resolveram esse problema aumentando sua dependência de organizações militares selecionadas (como o Conselho Nacional Bolivariano) e

de elementos paramilitares para manter a ordem.⁶⁷ No ambiente de segurança venezuelano de hoje, onde as maiores ameaças ao governo são internas, a FANB foi relegada a obrigações tradicionalmente não militares: coordenar iniciativas de desenvolvimento nacional e fornecer cargos políticos no governo. Os locais onde se veem indicadores claros de má gestão é o setor petrolífero, onde a Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), operada por militares, opera com uma fração da eficiência e rentabilidade que tinha antes da reorganização da indústria por Chávez em 2003. De uma produção de petróleo bruto de mais de 3 milhões de barris por dia (bpd) em 1997, a PDVSA agora produz pouco mais de 600.000 bpd com metas irrealistas de 1 milhão de bpd até o final do ano.⁶⁸ Oficiais militares ocupam cargos administrativos e operacionais em muitas das quase 700 empresas estatais expropriadas, onde a inexperiência corporativa reduziu a produtividade.⁶⁹ Desde o colapso econômico da Venezuela em 2013, o pessoal de escalão médio a baixo da FANB não se beneficiou da corrupção associada à indústria pública (como fazem os funcionários superiores) nem veem seus esforços beneficiarem o povo.

O desconforto dos militares com o papel nacional que passaram a ocupar foi somado ao crescente ceticismo sobre o crescimento amplamente descontrolado do radicalismo de esquerda por grupos paramilitares, um perigo potente para o controle tradicional das Forças Armadas sobre as alavancas da violência autorizadas pelo Estado. Esses grupos ocasionalmente se opuseram às políticas de Maduro, exerceram sua autonomia em relação ao governo formal e juraram travar uma guerra de insurgência no caso de uma mudança de administração.⁷⁰ A crescente incapacidade dos grupos paramilitares de executar fielmente a agenda de Maduro e o desejo dos militares de ressurgir como o único fiador da segurança nacional se sobrepõem para criar interesses comuns em um papel militar renovado na sociedade. Qualquer reorientação tradicionalista dos militares no domínio da segurança interna trará benefícios sociais: uma redução na repressão violenta contra a oposição, um melhor desempenho das empresas estatais e o retorno de civis a cargos governamentais importantes. Além disso, os paramilitares enfraquecidos serão menos capazes de organizar uma insurgência efetiva caso a administração de Maduro seja deslocada.

Conclusão

As aplicações eficazes e modernas da metodologia Trinkunas para o controle civil das Forças Armadas, estratégias de separação da liderança, divisão e conquista, e de apaziguamento e identificação de missões, mostrar-se-ão essenciais para a redução do papel dos militares na sociedade venezuelana e aumentarão a probabilidade de uma transição democrática após a saída do presidente Maduro. Confrontadas com condenações em suas fileiras e com o público por sua corrup-

ção bem divulgada, as figuras militares mais importantes da Venezuela dificilmente terão o apoio militar ou civil necessário para liderar. Como um subproduto fundamental de um sistema de educação militar reformado que coloca menos ênfase nos vínculos entre as Forças e no idealismo bolivariano entre os oficiais subalternos, a classe emergente de líderes militares não estará inclinada a ver os problemas democráticos civis como uma justificativa para buscar soluções militares. Para os altos funcionários unidos por laços econômicos e políticos com a administração de Maduro, verificações de anistia interna e externa sustentadas para todos, exceto para os piores violadores de direitos humanos, provavelmente aumentarão o ritmo das deserções, enfraquecendo assim o controle de Maduro no poder. A reorientação da missão da FANB do desenvolvimento nacional e da administração civil (onde provou sua incompetência e para a qual nunca foi projetada) para a segurança interna, onde pode direcionar forças paramilitares criminosas que prosperam em centros urbanos e áreas rurais, aumentará a produtividade nacional, desmilitarizará os governos central e locais e reintroduzirá limites ao uso da violência autorizada pelo Estado. É claro que a redução do papel dos militares na sociedade civil é um precursor necessário, mas não um catalisador imediato para uma transição democrática na Venezuela, tarefa que deve caber a uma oposição política unida. Betancourt e seus sucessores presidenciais conseguiram derrubar um governo controlado pelas Forças Armadas onde outros haviam fracassado, em parte por causa da unidade política da época derivada do *Pacto Punto Fijo*. Codificados em outubro de 1958, os líderes dos partidos políticos mais importantes da Venezuela - *Acción Democrática* (AD), *Partido Socialcristiano* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD) - concordaram em limitar as lutas políticas internas, respeitar os resultados eleitorais e promover uma agenda social moderadamente progressiva.⁷¹ Embora a coalizão de unidade da oposição tenha durado pouco, ela garantiu um compromisso civil bipartidário com os princípios democráticos na conveniência de soluções militares durante o período mais frágil da democracia venezuelana. A atual oposição a Maduro e seu Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) não tem o mesmo apoio nacional. *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD), uma coalizão formada em oposição ao PSUV em 2008, foi efetivamente dissolvida em 2018 quando AD, o membro mais poderoso do grupo, saiu após algumas rivalidades e desentendimentos internos.⁷² A falta de resposta vigorosa à destituição de Maduro do Congresso democraticamente eleito (Assembleia Nacional), à formação de um substituto automaticamente aprovado (Assembleia Nacional Constituinte) e à nomeação de juízes pró-governo para o Supremo Tribunal (Supremo Tribunal de Justiça) e “protetores” em estados com governadores de oposição são apenas algumas das maneiras pelas quais a desunião crônica enfraqueceu a capacidade dos políticos da oposição de legislar.⁷³ Apesar

do amplo reconhecimento internacional do presidente interino Guaidó, sem uma unidade política interna seu governo está condenado à impotência. □

Notes

1. “Democracy, as Usual, in Caracas” (Democracia como de hábito), *The New York Times*, 9 de dezembro de 1983.

2. *Ibid.*

3. Walter Stevens, embaixador dos EUA na ONU em Genebra, citação de Stephanie Nebehayem, “Venezuela Exodus Set To Top 5 million As Long-Term Needs Grow, Officials Say” (O êxodo da Venezuela atingirá 5 milhões à medida que as necessidades de longo prazo aumentam, dizem as autoridades.), *Reuters*, 23 de outubro de 2019.

4. Brian Fonseca, John Polga-Hecimovich e Harold A. Trinkunas, “Venezuelan Military Culture” (Cultura Militar Venezuelana), Florida International University US SOUTHCOM Academic Partnership Military Culture Series (Série de Cultura Militar da Associação Acadêmica do Comando Sul dos EUA da Florida International University), maio de 2016: p.p 6-7.

5. *Ibid.*

6. Harold A. Trinkunas, “Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela” (Modelagem do controle civil das Forças Armadas da Venezuela), Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005: p.p 32, 69.

7. Luis Alberto Buttó, “Armed Forces and Politics in the Bolivarian Revolution” (As Forças Armadas e a política na revolução bolivariana), *Politeja: Venezuelan Studies*, no. 24 (2013): p.p 163-178.

8. Nicholas Casey e Ana Vanessa Herrero, “As Maduro’s Venezuela Rips Apart, So Does His Military” (Enquanto a Venezuela de Maduro é dilacerada, o mesmo acontece com suas Forças Armadas), *The New York Times*, 8 de agosto de 2017.

9. Alexander Ulmer e Marianna Parraga, “Special Report: Oil Output Goes AWOL in Venezuela as Soldiers Run PDVSA” (Relatório especial: desaparece a produção de petróleo na Venezuela enquanto os militares comandam a PDVSA), *Reuters*, 26 de dezembro de 2018.

10. Unididade de Investigação da Venezuela, “The Criminal Ties of Maduro’s New Military Chiefs in Venezuela” (Os laços criminais dos novos chefes militares de Maduro na Venezuela), *Insight Crime*, 17 de julho de 2019.

11. “Marco da transição democrática para a Venezuela”, Departamento de Estado, 31 de março de 2020; Nora Gámez Torres, “U.S. Expands Navy Presence in Caribbean. Is Military Action against Maduro More Likely?” (Os EUA ampliam a presença da Marinha no Caribe. É mais provável uma ação militar contra Maduro?), *The Miami Herald*, 4 de abril de 2020.

12. Trinkunas.

13. *Ibid.*: 89.

14. Robert L. Scheina, *Latin America’s Wars: The Age of the Professional Soldier, 1900-2001, Volume II* (Guerras na América Latina: a era do soldado profissional, 1900-2001, Volume II) -Washington D.C.: Potomac Books Inc., 2003: p. 23.

15. *Ibid.*

16. Trinkunas: p.89.

17. *Ibid.*

18. *Ibid.*: p.95.

19. “The General and his Corporate Labyrinth” (O general e seu labirinto corporativo), Organized Crime and Corruption Reporting Project, 10 de abril de 2020.

20. “Indictment” (Acusação), EUA contra Vladimir Padrino López, 1:19-cr-00176 (24 de maio de 2019).

21. “The General and his Corporate Labyrinth (O general e seu labirinto corporativo); “Linha de Comando”, Comando Operacional Estratégico da Força Armada Nacional Bolivariana, <https://ceofanb.mil.ve/linea-de-mando/>, visitada em 25 de maio de 2020.

22. “A Closer Look at the Venezuelan Military” (Uma visão mais detalhada das Forças Armadas da Venezuela), The Economist: Intelligence Unit, 4 de fevereiro de 2019.

23. Maolis Castro, “Los expedientes ocultos de un edecán de Chávez”, Armando Info, 9 de novembro de 2016.

24. Ibid.

25. “Treasury Disrupts Corruption Network Stealing from Venezuela’s Food Distribution Program, CLAP” (O Tesouro interrompe a rede de corrupção que rouba o programa de distribuição de alimentos da Venezuela), Departamento do Tesouro dos EUA, 25 de julho de 2019; “Línea de Mando.”

26. Fonseca, Polga-Hecimovich y Trinkunas: p.16.

27. Brian Ellsworth e Mayela Armas, “The Maduro Mystery: Why the Armed Forces Still Stand by Venezuela’s Beleaguered President” (O mistério de Maduro: por que as Forças Armadas continuam a apoiar seu presidente da Venezuela em batalha), Reuters, 28 de julho de 2019.

28. John Polga-Hecimovich, “Bureaucratic Politicization, Partisan Attachments, and the Limits of Public Agency Legitimacy: The Venezuelan Armed Forces under Chavismo” (Política burocrática, relações partidárias e os limites da legitimidade do órgão público: as Forças Armadas da Venezuela sob o chavismo), *Latin American Research Review* 54, no. 2 (2019): p.p 476–498.

29. Laura Silver, Courtney Johnson y Kyle Taylor, “Venezuelans Have Little Trust in National Government, Say Economy is in Poor Shape” (Os venezuelanos têm pouca confiança no governo nacional, dizem que a economia está ruim), Pew Research Center, 25 de janeiro de 2019.

30. “Venezuela 2014”, The Latin American Public Opinion Project (O projeto da opinião pública latino-americana), acessada em 24 de maio 2020, http://lapop.ccp.ucr.ac.cr/en/beginner_mode/procesarConsulta?dataset=%2Fusr%2Fstata%2Fdata%2Fvenezuela_2014&codigo=&run=tabulate&nombre=Venezuela+2014&language=en&rcrow=&recol=&recfor=&recsum=&recpon=&labrow=&labcol=&labfor=&dataBase=venezuela_2014&tema=15&variableValue=exc7&radioOption=freq&tema-cruce=&variableValue-cruce=

31. Trinkunas: 132.

32. Ibid: 98.

33. Ricardo Sucre Heredia, “Política militar na Constituição de 1999, mudança ou continuidade?”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 9, nº 1 (nd): p.p 139-162.

34. Oberst i.G. Christian O. E. Millotat, “Understanding the Prussian-German General Staff System” (Explicação do Sistema de Estado-Maior Geral da Alemanha e da Prússia), Instituto de Estudos Estratégicos, Escola de Guerra do Exército dos EUA, 29 de abril de 1992.

35. Ibid.

36. Trinkunas: p. 98.
37. Ibid: p. 99.
38. Ibid.
39. Constituição da República da Venezuela (1961), art. 132.
40. Fonseca, Polga-Hecimovich y Trinkunas: p.p 9-11.
41. Constituição da República da Venezuela (1961), art. 190.
42. Ibid, art. 150.
43. Trinkunas: p. 123.
44. Ibid.
45. Ibid: p. 124.
46. Ibid: p. 127.
47. Ibid: p. 130.
48. Deborah L. Norden, “The Rise of the Lieutenant Colonels: Rebellion in Argentina and Venezuela” (A revolta dos tenentes-coronéis: rebelião na Argentina e na Venezuela), *Latin American Perspectives* 23, no. 3 (verão de 1996): p.p 74-86.
49. Ibid.
50. Trinkunas: p. 163.
51. Iselin Åsedotter Strønen, “A Civil-Military Alliance: the Venezuelan Armed Forces Before and During the Chávez Era” (Uma aliança cívico-militar: as Forças Armadas da Venezuela antes e durante a era Chávez), Chr. Michelsen Institute (CMI), 2016.
52. Constituição da República da Venezuela (1999), art. 328, trans. William S. Hein & Co., Constitute Project.
53. Ibid.
54. Samuel P. Huntington, “The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil Military Relations “ (O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações Civil-Militares) (Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University, 1957).
55. Deborah L. Norden, “Democracy and Military Control in Venezuela: From Subordination to Insurrection” (Democracia e controle militar na Venezuela. Da subordinação à insurreição), *Latin American Research Review* 33, no. 2 (1998): p.p 143-165.
56. Trinkunas:148.
57. “Treasury Removes Sanctions Imposed on Former High-Ranking Venezuelan Intelligence Official After Public Break with Maduro and Dismissal” (Tesouro retira sanções a ex-oficial de inteligência venezuelano de alto escalão após romper publicamente com Maduro e ser demitido), Departamento do Tesouro dos EUA, 7 de maio de 2019; “Democratic Transition Framework for Venezuela” (Quadro de transição democrática para a Venezuela), Departamento de Estado dos EUA, 31 de março de 2020.
58. Joe Parkin Daniels and Patricia Torres, “Venezuelan Security Forces Offered Amnesty if they Defect to Opposition,” *The Guardian*, 27 de janeiro de 2019.
59. “Castro-Communist Insurgency in Venezuela: A Study of Insurgency and Counterinsurgency Operations and Techniques in Venezuela, 1960 – 1964” (Insurgência comunista castrista na Venezuela: estudo das operações e técnicas de insurgência e contra-insurgência, 1960 - 1964), Georgetown Research Project Atlantic Research Corporation, 19 de março de 1970.
60. Trinkunas: p. 139.
61. “Castro-Communist Insurgency in Venezuela” (Insurgência comunista castrista na Venezuela).
62. Trinkunas: p. 141.

63. Ross Dayton, “Maduro’s Revolutionary Guards: The Rise of Paramilitarism in Venezuela,” West Point Combatting Terrorism Center 12, no. 7 (Agosto de 2019): 31-36.
64. Ibid.
65. Ibid.; Moises Rendon e Linnea Sandin, “Illegal Mining in Venezuela: Death and Devastation in the Amazonas and Orinoco Regions” (Mineração ilegal na Venezuela: morte e devastação nas regiões da Amazônia e Orinoco), Centro de Estudios Estratégicos e Internacionales, 16 de abril de 2020; Unidade de Investigação da Venezuela, “The Devolution of State Power: ‘The Pranes’” (A delegação de poderes do estado: os ‘Pranes’, Insight Crime, 20 de maio de 2018.
66. “Venezuela Navy Vessel Sinks After ‘Ramming Cruise Ship’ (Navio da Marinha venezuelana é afundado após abalroar um navio de cruzeiro), BBC News, 3 de abril 2020.
67. Dayton: p.p 31-36.
68. “Venezuela”, Administração de informações de energia dos EUA, última atualização em 25 de janeiro de 2019.
69. Nan Tian e Diego Lopes da Silva, “The Crucial Role of the Military in the Venezuelan Crisis” (O papel crucial das Forças Armadas na crise venezuelana), Instituto Internacional de Estudos de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, 2 de abril 2019 ; Daniel Harris e Victor Salazar--Madrigal, “Managing Sanctions-Related Risk in Venezuela: State-Owned Enterprises, Corruption, Narcotrafficking, and Beyond” (Gerenciando riscos relacionados a sanções na Venezuela: empresas estatais, corrupção, tráfico de drogas e muito mais), Kharon, março de 2019.
70. Dayton: p.p 31-36.
71. Norden (1998): p.p 143-165.
72. Paul Dobson, “Venezuela’s Democratic Action Party Breaks from MUD as Opposition Fractures Deepen” (Partido da Ação Democrática da Venezuela se separa do MUD à medida que aumentam as fraturas na oposição), Venezuela Analysis, 9 de julho de 2018.
73. “What has Venezuela’s Constituent Assembly Achieved?” (O que a Assembleia Constituinte da Venezuela conseguiu?), BBC News, 30 de agosto de 2017 ; Kejal Vyas and Anatoly Kurmanaev, “Maduro’s Allies Stack Venezuela’s Supreme Court: Socialist Party Tries to Undermine Opposition Before it takes over Parliament” (Os aliados de Maduro preenchem o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela: Partido Socialista tenta minar a oposição antes de controlar o Parlamento), The Wall Street Journal, 23 de dezembro de 2015; “Maduro Names ‘Protectors’ for States with Opposition Governors” (Maduro nomeia ‘protetores’ em estados com governadores de oposição) *Diario Las Américas*, 24 de outubro de 2017.



Daniel Levinson Harris

Daniel Harris é candidato a um mestrado em Estudos de Segurança pela Escola de Serviços Estrangeiros da Georgetown University e colunista da Revisão de Estudos de Segurança. Daniel recentemente aceitou uma oferta de emprego da Defense Intelligence Agency (DIA), onde planeja seguir uma carreira de serviço público como analista regional em questões de segurança nacional dos Estados Unidos após a formatura. Antes de Georgetown, Daniel trabalhou para uma empresa privada que investigava participantes que receberam sanções por envolvimento em tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e redes de fraude fora do país em todo o hemisfério ocidental. Graças a vários artigos, relatórios publicados e palestras em um congresso industrial, Daniel expôs os negócios, companhias financeiras e redes de apoio de participantes ilícitos. Daniel recebeu seu diploma em Ciência Política pelo Occidental College.